



**COMISSÃO ESPECIAL PARA TRATAR SOBRE A FALTA DE INVESTIMENTOS
EM SEGURANÇA PÚBLICA E O CONSEQUENTE AUMENTO DA
CRIMINALIDADE**

RELATÓRIO FINAL

1. APRESENTAÇÃO

A Comissão Especial para tratar a falta de investimentos em segurança pública e o consequente aumento da criminalidade, adveio da iniciativa do Vereador Belini Meurer que, por intermédio do Requerimento Nº 219/2010, requereu sua constituição.

Após a tramitação do requerimento, em plena conformidade regimental, e, com a anuência prévia da Comissão de Defesa da Cidadania, comissão permanente afim com a matéria, referido requerimento fora aprovado em deliberação do plenário em votação única na sessão plenária do dia 19 de abril do corrente ano.

Em conformidade com o Art. 186, inciso IV, da Resolução Nº 3/2002 (Regimento Interno), a constituição da comissão temporária em tela fora implementada por meio do projeto de Resolução Nº 4/2011 que deu azo ao surgimento da Resolução Nº 1 de 20 de abril de 2011.

A Comissão Especial se propôs a realizar um diagnóstico da situação da Segurança Pública no município de Joinville, através da oitiva da comunidade, representada nos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGS e dos diversos atores/operadores que atuam no dia-a-dia da Segurança Pública no município.



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 97

Todos os documentos recebidos pela Comissão Especial, assim como os documentos produzidos (expedientes, ofícios, atas, relatório de visita, dentre outros) fazem parte deste relatório e são apresentados ao final, como anexo.

Ao final dos trabalhos, depois de apreciado o presente relatório final, ainda será realizada uma Audiência Pública para entrega do relatório final da Comissão Especial ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, demais autoridades e dar conhecimento e publicidade à comunidade Joinvilense.

2. RELATO DO TRABALHO REALIZADO

O trabalho realizado contou com a realização de três reuniões públicas, incluindo a reunião de instalação da comissão, com pautas específicas e predeterminadas.

Também fora realizada uma visita, com acompanhamento técnico, ao Presídio Regional de Joinville, que resultou em um relatório específico sobre a situação atual desta instituição carcerária.

2.1 Reuniões

Instalação da Comissão – 26 de abril de 2011

A reunião de instalação foi realizada no dia 26 de abril de 2011, no Plenarinho desta Casa de Leis, e contou com as presenças do Vereador Belini Meurer, proponente desta Comissão Especial e dos vereadores Alodir Alves de Cristo, Roberto Bisoni e Jucélio Pasqual Girardi.



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 98

Presidida a primeira reunião pelo proponente, Vereador Belini Meurer, foi declarada instalada a referida Comissão Especial, dando posse aos Vereadores indicados pelas respectivas bancadas para comporem a Comissão.

De imediato, procedeu-se à eleição, tendo sido escolhido o Vereador Belini Meurer como Presidente da Comissão Especial, o Vereador Alodir Alves de Cristo como Relator e a Vereadora Zilnete Nunes como Secretária.

Deliberou-se sobre o funcionamento da Comissão e foi estabelecido e aprovado um plano de trabalho com cronograma de reuniões específicas: uma para ouvir os Presidentes e membros dos Conselhos Comunitários de Segurança do Município de Joinville, além da entidade centralizadora dos Conselhos, a Associação dos Conselhos Comunitários de Segurança – ACONSEG; outra, para ouvir os representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar, entre outros; e, também ficou decidida a realização de uma visita ao Presídio Regional de Joinville.

Por fim, ainda na reunião de instalação fora deliberado como encaminhamento, o envio ou entrega do Relatório Final ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, ao Prefeito Municipal, à imprensa e demais autoridades.

Reunião Comissão – 3 de maio de 2011

A primeira reunião de trabalhos da Comissão Especial foi realizada no dia 3 de maio de 2011, no Plenarinho desta Casa de Leis, com a presença dos Vereadores Belini Meurer, Presidente da Comissão; Alodir Alves de Cristo, Relator; Zilnete Nunes, Secretária; e, dos demais membros, Vereadores Jucélio Pasqual Girardi e Roberto Bioni.



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 99

Para esta reunião foram convidados, por intermédio do Ofício nº 101/2011, a Presidente da Associação dos Conselhos Comunitários de Segurança – ACONSEG, Senhora Sílvia de Aguiar Zavatini e o Vice-Presidente da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina – APRASC, Senhor Elisandro Lotin de Souza.

No primeiro caso, o objetivo foi de compreender o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGS, assim como a contribuição dos trabalhos destes conselhos para a Segurança Pública. No segundo caso, o objetivo foi oportunizar um relato sobre a situação da Segurança Pública sob o ponto de vista dos praças.

A Senhora Sílvia de Aguiar Zavatini, Presidente da ACONSEG, relatou que os CONSEGS existem em Joinville há cerca de dez anos e, que, atualmente existem onze CONSEGS em funcionamento. Explicitou sobre o funcionamento de que os CONSEGS realizam reuniões mensais e a ACONSEG uma vez por mês se reúne e passa para aos comandos o apurado na comunidade.

Relatou que a ACONSEG de Joinville e de Jaraguá do Sul levaram ao Secretário de Segurança Pública questões relacionadas às dificuldades que os policiais enfrentam, tais como o stress do dia-a-dia e a qualidade de vida destes profissionais. Outro fato é a questão das delegacias que estão para serem abertas. Registra que o contingente da Polícia Civil é bem abaixo do que a comunidade necessita, da mesma forma que o contingente da Polícia Militar. Que neste caso específico, quando se lança um edital de duas mil vagas de novos policiais militares, deveria se levar em conta que por ano, cerca de quinhentos policiais deixam a corporação, por razões diversas.

A Senhora Sílvia de Aguiar Zavatini, entregou ainda cópias de dois expedientes enviados pela ACONSEG ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (documentos de fls. 36 a 38), com reivindicações e demandas, são eles o **Ofício Nº 001/ACONSEG/2011 de 5 de abril de 2011** e o **Ofício Nº 004/ACONSEG/2011 de 6 de abril de 2011**.



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 100

No **Ofício Nº 001/ACONSEG/2011**, a ACONSEG Joinville alerta para o fato de que “foram inauguradas, no ano de 2010, três novas delegacias de Polícia civil, que ainda permanecem inativas devido à falta de efetivo policial, além da necessidade de reforço de efetivo para as delegacias já existentes”. Diante do fato de que no mês de abril estariam se formando novos policiais civis no Estado, dentre delegados, agentes e escrivães e, de que haveria distribuição de tal efetivo entre as cidades catarinenses, a ACONSEG solicita ao final do referido documento que, “em complemento a expediente encaminhado pelo Delegado Regional de Polícia, Dr. Dirceu Augusto Silveira Júnior (...) seja remetidos à Joinville 09 (nove) Delegados, 19 (dezenove) escrivães e 47 (quarenta e sete agentes de polícia”.

No **Ofício Nº 004/ACONSEG/2011**, a ACONSEG Joinville em conjunto com a ACONSEG Jaraguá do Sul, recomendam que o “**policciamento comunitário deva ser priorizado** pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SSPDC, institucionalizado de uma vez por todas e obrigatório nos Quartéis e Delegacias de nosso Estado”. Manifestam-se também favoráveis “a realização de uma **remodelação na estrutura da Coordenação Estadual de Polícia Comunitária, com a criação de representações regionais dos CONSEG – um representante em cada Região**, eleito pelos seus pares, Presidentes”. Demonstram ainda, neste documento, a **preocupação com a “redução do efetivo policial que vem sofrendo as Instituições Policiais na Região**, em contraponto ao incremento populacional e os efeitos dele decorrentes” (grifos nossos).

Na seqüência foi ouvido o Vice-Presidente da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina – APRASC, Senhor Elisandro Lotin de Souza para que explanasse sobre a situação da Polícia Militar sob o ponto-de-vista dos praças.

O Senhor Elisandro Lotin de Souza relatou que a APRASC é uma entidade que existe há dez anos, com dez mil filiados, e é uma das maiores do país. Historicamente, em sua opinião, os praças da polícia militar sempre foram relegados quanto às opiniões, no fato de tentar propiciar uma segurança pública de fato e de direito para a sociedade. A Polícia Militar é composta por oficiais e praças que são à



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 201

base do sistema e com o passar dos anos foi visto que os oficiais representavam somente interesses específicos e não os da corporação, por este motivo criou-se a APRASC.

Disse que nos últimos governos, obtiveram alguns avanços, mas também retrocessos no último período, pois "Leis deixaram de ser cumpridas, culminando com a situação que ocorreu no ano de dois mil e oito, capitaneado pelas esposas dos praças que resultou em vinte e duas expulsões e mais de mil praças punidos. Uma decisão política e não técnica", segundo ele.

Destacou que estão tentando alertar sobre a segurança pública há dez anos. Na sua opinião, "Gestão em segurança pública nestes últimos vinte anos não ocorreu". Para ele, em 2011 é provável que o efetivo seja menor do que na década de 1980, que era de doze mil no Estado, hoje é de dez mil. Na década de oitenta não existia segurança privada, hoje são setenta mil. Não se planejou a segurança pública. Tem praça trabalhando até trezentas horas por mês. Em termos de salário o Estado de Santa Catarina está em vigésimo primeiro, perde para o Estado de Sergipe, lá um praça recebe três mil e oitocentos reais. Em Santa Catarina, o inicial é de um mil e oitocentos reais.

Tem conhecimento de policial que tem vários serviços, e depois ainda cumpre armado, a sua jornada na polícia. Este, segundo ele, é o profissional que oferece a segurança pública para a sociedade. Uma pessoa cansada e desestimulada. Relata que este ano levaram por várias vezes as suas demandas, mas não ocorreu nenhuma mudança. Se a Lei da Anistia fosse cumprida, teríamos vinte e dois efetivos trabalhando. Há Estados que cumpriram esta Lei e reintegraram efetivos do ano de 1997. Fala-se muito em despolitizar a Polícia Militar, mas quem politiza é a própria autoridade pública. Como podemos ter segurança pública quanto o abono concedido aos oficiais é de dois mil reais e para os praças, que são a base da segurança, é de duzentos e cinquenta reais, dividido em três parcelas. Sendo que só este valor de dois mil reais é maior que o salário de setenta por cento dos praças. São preteridos até de direitos humanos.



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 102

Perguntado pelo Presidente da Comissão Especial, a que ele credita o aumento da criminalidade em nossa cidade, o Senhor Elizandro Lotin de Souza respondeu que é a falta de planejamento em segurança pública. Não se priorizou a segurança pública. Nem orçamento próprio a segurança pública tem. É preciso investir no profissional de segurança pública. É a única categoria que jura defender a sociedade com a própria vida, no entanto o Estado não o valoriza nem nos direitos mais básicos, que é o respeito às leis vigentes no país.

O Senhor Elizandro Lotin de Souza, entregou ainda cópia de expediente para ser acostado aos autos desta Comissão Especial, o Ofício N° 17/2011 de 3 de fevereiro de 2011 (fls. 39 a 41), dirigido ao Governador do Estado, o Excelentíssimo Senhor João Raimundo Colombo, solicitando uma audiência do conjunto da Diretoria da APRASC com a maior brevidade possível para tratar da pauta de reivindicações apresentada no ofício com os seguintes pontos essenciais, os quais subscrevemos:

1 – Construir o caminho da pacificação das relações internas nas instituições Militares do Estado de Santa Catarina, há vários anos abaladas em razão da insensibilidade de alguns para a relevância das questões da Segurança Pública. Entendemos que o caminho mais curto para obter o êxito desejado, por todos os membros das instituições e pela sociedade é o cumprimento da Lei Federal N° 12.191, de 13 de janeiro de 2010 (aprovada com voto favorável do então Senador João Raimundo Colombo). No médio prazo, é imprescindível que se faça, também, a mudança do Regulamento Disciplinar dos militares catarinenses, compatibilizando-o com a Constituição da República e a legislação vigente;

2 – Agilizar o cumprimento da Lei Complementar N° 318, de 17 de janeiro de 2006, garantindo merecida mobilidade funcional de policiais e bombeiros militares estaduais. Depois de realizada justiça para os soldados com vinte anos ou mais de efetivo serviço, postulamos mudanças qualitativas na referida legislação, reivindicando a adoção de critério voltados à valorização do mérito intelectual. Da mesma forma, seria de grande importância, para a Instituição, para seus servidores e para a sociedade, a ativação do Quadro de Oficiais Auxiliares – QOA;

3 – Buscar formas de reorganizar quadros de vencimentos dos militares estaduais, uma vez que a vigência da Lei Complementar número 454, de 5 de agosto de 2009, provocou neles distorções e patrocinou injustiças. Defendemos a incorporação dos vários abonos que constituem cerca de um terço dos salários dos praças (isso desvaloriza o serviço operacional e a experiência profissional). Restabelecer a escala vertical instituída pelo Art. 27 de Lei Complementar N° 254 de 15 de dezembro de 2003 (diferença entre o maior e o menor salário) é o grande clamor dos praças. De imediato, seria aconselhável que o Poder Executivo Estadual pagasse as horas extraordinárias trabalhadas, até o limite de oitenta (80) horas extraordinárias



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 103

mensais, pois isso incentivaria o serviço operacional, ocuparia o tempo dos servidores (tirando-os de outras atividades remuneradas) e evitaria um sem número de ações judiciais em desfavor do Governo do Estado. Reivindicamos também o pagamento da “gratificação de representação”, devida na forma da Lei, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor dos subtenentes da reserva remunerada e dos sargentos reformados. A recusa do Poder Executivo em fazer o pagamento administrativo tem motivado a apresentação de ações judiciais dispendiosas e desnecessárias em face do direito líquido e certo;

4 – Criar um programa de construção da casa própria para policiais e bombeiros militares, através de convênio entre o Governo do Estado (Secretaria de Estado da Administração) e a Caixa Econômica Federal. Um convênio entre estes dois entes públicos eliminaria qualquer burocracia, qualquer desvio de função, e garantiria financiamento a juros mais baixos, uma vez que o Estado garantiria o desconto em folha de pagamento das prestações contratadas entre o banco e os servidores;

5 – Instituir um fundo de socorro e emergência para os policiais e bombeiros militares que vierem a contrair doença/trauma grave e incapacitante, assim como para o caso de doença grave em dependente, ou ainda, que vierem a ter a residência parcial ou totalmente destruída por calamidade natural;

6 – Ampliar efetivo dos praças nas instituições militares do Estado de Santa Catarina como forma de dotar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar dos quadros indispensáveis para prestar bons serviços, bem como, para compensar o número de servidores que nos últimos anos, conquistaram o período aquisitivo e conquistaram o direito de passar para a reserva remunerada.

Assim como estas questões, outras dizem respeito à manutenção do efetivo em boas condições para a prestação do serviço de segurança que a nossa sociedade reclama e precisa.

Por fim, ficou deliberado convidar para a próxima reunião desta Comissão, o comando da polícia militar, o comando da polícia civil, a Secretaria de Assistência Social para nos informar sobre os investimentos sociais em segurança.

Reunião Comissão – 17 de maio de 2011

A segunda reunião de trabalhos da Comissão Especial foi realizada no dia 17 de maio de 2011, no Plenarinho desta Casa de Leis, com a presença dos Vereadores Belini Meurer, Presidente da Comissão; Zilnete Nunes, Secretária; dos



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 104

demais membros, Vereadores Jucélio Pasqual Girardi e Roberto Bisoni; e, com a ausência justificada do Vereador Alodir Alves de Cristo, Relator.

Também presentes representantes da Polícia Militar: Coronel Cantalício de Oliveira, Tenente Coronel Edivar Antonio Bedin; representantes da Polícia Civil: Dr. Dirceu Silveira Júnior, Dr. Raul Burgardt, Dr. Luis Felipe Fuentes, Dr. Rodrigo Bueno Gusso; o Presidente do Centro de Direitos Humanos Sr. Luiz Gustavo Rupp e Dra. Cíntia Pinto da Luz; representantes da Secretaria de Assistência Social, Sr. Francisco de Paula, conforme convites expedidos através de Ofício Nº 114/2011.

Iniciados os trabalhos, o representante da Polícia Civil, Delegado Dirceu Silveira Júnior, fez uma ampla apresentação, conforme documento acostado às fls.55 a 83, iniciando com a análise da estrutura organizacional da Polícia Civil de Joinville, seguindo com os investimentos realizados e implementação nas unidades, registro de ocorrências e ressalta os incrementos a serem realizados para a Polícia Civil da Comarca de Joinville.

Destacou que há necessidade imediata de incrementar o quadro de pessoal em: cinquenta por cento na carreira de delegado de polícia, cem por cento na carreira de escrivão de polícia, cem por cento na carreira de agente de polícia, fala da importância da criação do cargo Técnico-Administrativo, em nível de ensino Médio para lotação em todas as unidades da Polícia Civil, sendo que este cargo não está contemplado na estrutura da polícia civil, e estas vagas são preenchidas por profissionais de nível superior que poderiam ser utilizados de outra forma, dando oportunidade para técnicos de nível de ensino médio, continuando ainda no incremento, a instalação de uma unidade de Polícia Civil na área central, devido às sete unidades existentes serem afastadas do centro. Com mais esta unidade acredita que Joinville terá um número razoável de unidades de polícia civil, num total de oito unidades.

Ressaltou ainda a necessidade do aumento da frota de veículos oficiais na ordem de quarenta por cento, devido ao desgaste que estes veículos sofrem. Segundo o Delegado, isto traria uma posição bem mais confortável para que a



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 105

polícia pudesse desempenhar ainda melhor as suas funções. Tem-se hoje uma relação policial/população de três mil a três mil e duzentos habitantes por policial civil.

De imediato, foi passada a palavra ao representante da Polícia Militar, Coronel Cantalício de Oliveira, Comandante da 5ª Região da Polícia Militar em Joinville que fez as seguintes considerações sobre a situação da Polícia Militar em Joinville, explicitando que a sede da 5ª Região da Polícia Militar é em Joinville e é onde se concentra o maior número de efetivos e de população. Tem sob sua responsabilidade quatorze municípios, ao todo são um mil e quatrocentos policiais militares. Há também dois batalhões de grande importância, o 8º Batalhão e o 17º que se localiza na região sul. Entre estes dois batalhões há um total de setecentos e vinte e seis policiais militares, além disto, tem toda a parte administrativa e operacional da 5ª Região, tem a central de emergência, onde está instalado o 190 e as quarenta e sete câmeras de vídeo monitoramento que a polícia militar tem aqui na cidade. Aliado a isto tem mais cento e onze policiais militares entre o batalhão aéreo, uma companhia de polícia ambiental e também uma companhia de policiamento rodoviário. Ao todo são oitocentos e trinta e sete policiais militares que fazem a segurança em Joinville. Nos dois batalhões há também as bases operacionais. Também há o trabalho de escolta policial, que são o Presídio Regional, a Penitenciária Industrial e o Centro de Internação de Menores. Fala que Joinville sediará um moderno Centro de Internação de Menores, que é uma grande preocupação e uma parte significativa de infrações são cometidas por menores.

Além da parte operacional, a polícia militar desenvolve mais dois trabalhos importantes, o **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD** realizado com as crianças a partir da quarta série. É um programa que tem dado um excelente resultado. A criança é uma facilitadora de mudanças culturais, e ela tem levado estas mudanças, na questão das drogas e da violência. O outro programa é o **policiamento comunitário**. É uma ferramenta espetacular quando bem usada, ela atua na redução da criminalidade. Porque a sociedade passa a ser parte integrante da construção da segurança pública que não é exclusivo da polícia

10



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 106

militar. Hoje segurança pública faz se com os policiais e a sociedade. Solicita aos senhores vereadores que apóiem, interajam neste processo de policia comunitária. Muitos temas, muitos anseios das comunidades não se resolvem com ações policiais e sim com ações governamentais. Temos alguns bairros em Joinville que este policiamento está trazendo excelentes resultados. Infelizmente há uma retração por parte da comunidade por ainda não estar acostumada a este tipo de sistemática

A principal notícia que traz a todos é a de que, com o novo Comando Geral da polícia Militar, Comandante Nazareno Macinero, foi estabelecido um plano de comando com metas que vão desde a melhoria de condições de trabalho de nosso policial militar e também na atuação da segurança pública na resolução dos crimes e outros.

Na questão da valorização e incremento da ação policial, repassa a informação de Florianópolis, de que quarenta e nove policiais, da nossa 5ª Região de Polícia Militar, a partir de junho/julho estarão aqui na nossa região, fazendo estágio operacional, e a partir da formação serão distribuídos em toda a regional. A partir de agosto, temos mais cinqüenta policiais militares na nossa região que estarão sendo selecionados para formar uma nova turma de policiais. E em outubro deste ano, lançarão um novo edital para a seleção de mais oitenta policiais militares que irão ficar a disposição da 5ª Região de Policia Militar. Então somados teremos entre o segundo semestre deste ano e o início do semestre do próximo ano cento e oitenta novos policiais militares para repor o efetivo, que consideram que foi diminuindo significativamente, principalmente em virtude das aposentadorias. O Comando Geral estará trabalhando com esta sistemática de seleção pelos próximos quatro anos. O propósito é ter até o final do ano de dois mil e quatorze a reposição de mais de três mil policiais militares na polícia militar de Santa Catarina.

Além disto, o Comando Geral entregou para o Secretário de Segurança Pública um pedido para a **aquisição de oitocentas novas viaturas para a Polícia Militar, sendo que a 5ª Região também será contemplada.** Portanto, várias ações



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 107

serão desenvolvidas não só para melhorar as condições de trabalho do policial militar, mas também oferecer ainda mais segurança para a comunidade.

Na questão da valorização do policial, comunicou que está sendo desenvolvido em Jaraguá do Sul, um novo fardamento para propiciar mais conforto ao policial. São iniciativas que o Comando Geral está adotando não só no combate a criminalidade, mas também principalmente na questão de valorização do serviço do policial militar com novos equipamentos e novas viaturas. Registra a valorosa iniciativa desta Comissão e agradece o apoio dado pelos Vereadores a Polícia Militar. E também fala que serão agentes de proposições que estão em estudo no sentido de fortalecer ainda mais as ações em segurança pública na região de Joinville.

Os representantes do Centro dos Direitos Humanos – CDH, inicialmente pela exposição do Sr. Luiz Gustavo Assad Rupp, abordaram sobre a importância de se entender que as questões de segurança pública passaram também a serem compreendidas como questões de direitos humanos. E que por isso, deve-se submeter estas discussões também sob a ótica dos direitos humanos. Enquanto não compreendermos o problema da segurança pública sistêmica aliada com as várias outras políticas públicas relacionadas à saúde pública, moradia, habitação a questão ambiental, a questão da cultura evidentemente não se chegará a lugar nenhum.

A Dra. Cíntia Pinto da Luz, advogada militante do Centro dos Direitos Humanos – CDH, destacou que, efetivamente, a segurança pública não pode mais ser vista como uma questão de repressão, mas sim como uma questão social e que com certeza hoje faz parte de um conjunto que é composto pelos trabalhadores da segurança pública, da sociedade civil e dos gestores de segurança pública.

A partir da primeira Conferência de Segurança Pública, segundo ela, tem-se um novo olhar para estas questões. É necessário que se abandone as políticas repressivas para que se possa chegar a algum lugar. O sentimento de insegurança pública ainda é muito grande. Resgata a situação da superlotação da central de polícia. É uma demonstração emblemática da falência do sistema. Se há pessoas

12



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 108

que agridem ou extrapolam o limite da lei devem ser responsabilizadas, mas para isto é necessário termos um sistema capaz de comportar.

Destacou ainda que os números apontados pelo Delegado, Dr. Dirceu são muito simples diante de toda a necessidade que a população de Joinville tem em relação a investimento na polícia civil e nos trabalhadores da polícia civil. Em relação à Polícia Militar resgata novamente, que se trata com os oficiais da Polícia Militar o tratamento é de uma forma, mas quando se trata com uma parte da base ainda se tem um tratamento violento, uma abordagem violenta, uma política de espancamento, repressão especialmente em relação ao trabalho com a juventude.

Ressaltou que não é verdade que hoje temos uma polícia comunitária, ou uma polícia que se organize do ponto de vista da polícia de proximidade, da polícia que é amiga da comunidade. Hoje ainda temos uma parte da polícia militar que se utiliza da violação dos direitos humanos para resolver os problemas que estão nas ruas, especialmente quando isto se refere aos mais pobres, aos excluídos, aqueles que não têm acesso a justiça e que são vitimados por este comportamento.

Por outro lado, tem a questão de investimento público em segurança pública, ainda não se tratou de quanto é o investimento em Santa Catarina, qual é o orçamento especialmente para Joinville.

O Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP, segundo ela, teve a notícia que o Ministério do Planejamento determinou o contingenciamento de um bilhão e meio de reais de recursos do Ministério da Justiça, isso significa que irá sobrar para o Pronasp, Proerd, e nas políticas de inclusão social de socialização, de ressocialização, de formação e de valorização do profissional de segurança pública.

O planejamento estratégico do Ministério da Justiça especialmente da Secretaria de Segurança Pública ainda não foi aberto ao CONASP, ainda não sabem aonde os cortes se darão, mas pela experiência, acredita-se que será nas ações sociais, nas políticas não repressivas.



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 109

Sugeriu ainda, ao final de sua explanação, que os Vereadores membros da Comissão Especial façam um pedido de informações ao Governo do Estado de Santa Catarina, à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Secretaria de Justiça para saber qual a dotação orçamentária que se tem, quanto destes recursos está efetivamente disponível e qual o planejamento estratégico destas Secretarias no sentido da aplicação destes recursos daqui em diante. E a partir daí construir uma agenda de segurança pública para Joinville.

O representante da Secretaria de Assistência Social, Sr. Francisco de Paula, explana sobre as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social que contribuem para a Segurança Pública, destacando que a sua participação não se dá com policiamento, mas dentro do bairro, nas suas unidades de proteção básica, através da implantação dos serviços do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

As técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, manifestam-se sobre as políticas assistenciais do município no âmbito da proteção básica e em seguida da proteção especial.

Inicialmente a Sra. Elizielen, Assistente Social e Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Jardim Paraíso, explica que o CRAS é um equipamento estatal previsto na organização dos serviços assistenciais na política de assistência social que existe, justamente, para territorializar a política de assistência social. É uma forma de descentralizar a Secretaria de Assistência Social com estas unidades nos bairros. Principalmente em bairros de maior vulnerabilidade. Em Joinville atualmente temos cinco CRAS implantados com previsão de instalação de mais quatro. São nestas unidades que ocorrem os primeiros atendimentos para posterior atendimento na proteção especial, caso necessário. A proteção básica trabalha com a prevenção, proteção e a proatividade daquele entorno de onde o CRAS existe.

Na sequência a Sra. Iara, coordenadora do CRAS do Paranaguamirim explica que o CRAS é inserido no meio da vulnerabilidade. Dentro do CRAS existe o PAIF -



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 110

Programa de Atendimento Integral à Família, hoje dentro da política do SUAS a família num todo é atendida, desde a criança até o idoso. Na continuidade a Sra. Denise, Coordenadora do CRAS Parque Joinville, fala que o CRAS trabalha com a prevenção, existindo três programas: o PAIF, o Serviço de Fortalecimento de Vínculos e o Serviço Domiciliar de atendimento ao Idoso e ao Portador de Deficiência. Explica que o Serviço de Fortalecimento de Vínculos depois que verificam a situação da família, os encaminham para grupos socioeducativos dentro do PAIF.

A Sra. Fabiane, Assistente Social, Gerente da Proteção Especial explica que este programa foi criado através da Política de Assistência Social Nacional no ano de 2004. Este programa de proteção especial atende famílias, indivíduos que já estão em uma condição de risco ou que já aconteceu a violação de direitos. Ao todo são doze serviços prestados por este programa. O público alvo do serviço atende a pessoa idosa e com deficiência que já se encontram com os seus direitos violados, seja uma violência psicológica, financeira, às vezes uma questão de abandono, uma questão de negligência de família. A atuação do trabalho é voltada para o fortalecimento do vínculo. É uma equipe que trabalha com entrevistas, formada por assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e psicólogas. Há casos em que se detecta que o vínculo está rompido, não há mais como aquele indivíduo permanecer na família. No cotidiano do trabalho, há uma estreita relação com a Delegacia de Polícia, Ministério Público, com órgãos de justiça. Há uma demanda de cento e vinte famílias sendo atendidas. Há o Programa de atendimento a mulheres vítimas de violência, são mulheres que sofrem violência, mas ainda não correm risco de morte. Elas são atendidas por profissionais como psicólogos, terapeutas e quando necessitam de assistência jurídica também é feita o encaminhamento. Outro serviço apresentado é o Serviço de enfrentamento à violência. Este serviço atende crianças e adolescentes em vários tipos de violência: física, psicológica e abuso sexual. Os encaminhamentos para atender neste serviço vêm o Conselho Tutelar, da Delegacia da Mulher, do Poder Judiciário e do Ministério Público. Esse serviço visa promover e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Tem como objetivo identificar o



fenômeno da violência e riscos decorrentes da situação identificada e em outras situações de suspeita. Prevenir o agravamento da situação e trabalhar para a interrupção do círculo de violência. Contribuir para a devida responsabilização dos agressores e favorecer a superação da agressão da violação de direitos. Atualmente neste serviço atendem trezentas e quarenta famílias, destas há uma estatística de setenta e seis por cento se refere à violência sexual, onde o pai aparece como o principal agressor e em segundo o padrasto. São várias ações desenvolvidas para atender estas famílias, são ações interdisciplinares entre diferentes profissionais inseridos no serviço.

Ao final desta reunião, ainda fora deliberada uma visita desta Comissão Presídio Regional de Joinville em data a ser definida em comum acordo com a direção desta instituição carcerária.

2.2 Visita

Visita Comissão ao Presídio Regional de Joinville – 9 de junho de 2011

A visita ao Presídio Regional de Joinville foi realizada no dia 9 de junho de 2011, com a presença dos Vereadores Belini Meurer e Roberto Bisoni e da consultoria técnica-legislativa desta Casa de Leis.

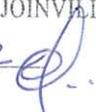
A Comissão foi recepcionada pelo Dr. Rafael Rocha, Diretor do Presídio Regional de Joinville. Inicialmente o Presidente da Comissão, Vereador Belini Meurer explicou ao Diretor sobre a finalidade da constituição desta Comissão Especial e solicitou ao Diretor que expusesse as dificuldades encontradas no Presídio.

O Diretor fala que está há oito meses sob o comando da Instituição e seu trabalho prioriza a qualidade de vida dos detentos. Continua explicando que o Presídio possui quatro pavilhões com capacidade total para 640 (seiscentos e



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 112 

quarenta) presos. Hoje há uma superlotação, são 960 (novecentos e sessenta) presos. Sendo que, deste número em torno de 50% (cinquenta por cento) são de presos em regime provisório. Existe uma ala feminina, onde se encontram 130 (cento e trinta) mulheres, em torno de seis a sete mulheres por cubículo. Há também uma ala onde está o berçário, lá estão as mulheres que deram à luz no próprio Presídio. Conforme legislação, estas ficam com seus bebês até completarem seis meses de idade, após o Conselho Tutelar se encarrega dos menores. O Presídio possui uma cozinha onde é produzida toda a comida lá servida; feita por presos de bom comportamento. O Diretor fala das dificuldades que encontram por falta de recursos, na cozinha há problemas com o fogão que utilizam, a coifa não é adequada por isso as paredes deste espaço estão todas pretas de fuligem. Contam com doações feitas pela população. Aponta uma geladeira existente na cozinha que é doação, a pintura de uma das alas do Presídio foi feita com tinta doada e a mão-de-obra de presos.

Ao longo da visita, o Vereador Belini Meurer inicia uma conversa com os presos, perguntando se havia algo que gostariam de falar aos vereadores ali presentes. Alguns se interessaram, e reclamaram da falta de atendimento médico e dentário. Relatando que havia preso doente necessitando de tratamento médico e de remédios. O Diretor explicou que há atendimento médico e é feito nas quartas-feiras e quanto aos remédios só é autorizado mediante prescrição médica. Entretanto foi constatada pela Comissão a existência de consultório odontológico nas dependências do Presídio. No Presídio trabalham os agentes prisionais que são servidores concursados e também uma equipe de profissionais terceirizados.

Ao final da visita, o Presidente da Comissão, Vereador Belini Meurer reiterou ao Diretor que a partir deste momento, o relator começará a elaboração do relatório final que será apresentado em Audiência Pública, na Câmara de Vereadores, que contará com a presença deste Diretor e demais autoridades ligadas ao setor de segurança pública.



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 113

Cabe destacar, sob este aspecto que já foi objeto de ampla discussão em reuniões conjuntas da Comissão de Saúde, Assistência e Previdência Social e Comissão de Defesa da Cidadania, a necessidade de implantação de equipes de saúde para atender a população carcerária do Presídio Regional de Joinville, tendo sido, inclusive, aprovada a Moção Nº 185/2010 de 18 de maio de 2010, que apela para que seja implantado no Presídio Regional de Joinville, o serviço de atendimento de atenção básica de saúde a ser desenvolvido no âmbito da unidade prisional por meio da implantação de 2 (duas) equipes de saúde, sendo cada equipe integrada minimamente por médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo, auxiliar de enfermagem e auxiliar de consultório dentário, em conformidade com o já previsto no Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Através das reuniões realizadas, dos depoimentos e documentos colhidos, da visita ao Presídio Regional de Joinville, foi possível traçarmos um panorama do estágio atual da situação da Segurança Pública, elencando reivindicações, demandas e necessidades dos diferentes atores/operadores da Segurança Pública que atuam no município, compilados neste relatório final.

Com base nestes dados, RECOMENDAMOS AOS ÓRGÃOS COMPETENTES a adoção das seguintes medidas:

1. Averiguação da possibilidade de atendimento imediato das reivindicações/demandas da ACONSEG Joinville, conforme solicitado pelos seguintes expedientes supramencionados: **Ofício Nº 001/ACONSEG/2011 de 5 de abril de 2011** e o **Ofício Nº 004/ACONSEG/2011 de 6 de abril de 2011**;

2. Abertura imediata de diálogo com a Associação de Praças do Estado de Santa Catarina – APRASC para averiguação da possibilidade de atendimento



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 114

imediate das reivindicações/demandas constantes da pauta de reivindicações apresentada pelo **Ofício Nº 17/2011 de 3 de fevereiro de 2011**, supramencionado;

3. Aumento dos contingentes de Polícia Civil e da Polícia Militar em Joinville, de acordo com as necessidades populacionais e com os indicadores de criminalidade;

4. Melhoria da remuneração e das condições de trabalho dos servidores públicos que atuam na Segurança Pública;

5. **Em relação aos incrementos e melhorias a serem realizadas na Polícia Civil, no município de Joinville**, recomenda-se, minimamente, conforme levantamento apresentado à Comissão Especial, o aumento do quadro funcional na seguinte proporção: 50% na carreira Delegado de Polícia, 100% na carreira Escrivão de Polícia, 100% na carreira Agente de Polícia. Além disso, destaca-se a necessidade de criação do Cargo de Técnico-Administrativo, em nível de Ensino Médio, para lotação em todas as Unidades da Polícia Civil e desempenho de atividades administrativas. Do ponto de vista, de instalações e logística, sugere-se a instalação de uma Unidade Policial Civil na área central e Renovação e aumento da frota de veículos oficiais na ordem de 40% (quarenta por cento);

6. **Em relação à situação do Presídio Regional de Joinville, recomenda-se que seja implantado no Presídio Regional de Joinville, o serviço de atendimento de atenção básica de saúde** a ser desenvolvido no âmbito da unidade prisional por meio da implantação de 2 (duas) equipes de saúde, sendo cada equipe integrada minimamente por médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo, auxiliar de enfermagem e auxiliar de consultório dentário, em conformidade com o já previsto no Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário. **Recomenda-se, igualmente, que seja viabilizada – com urgência – alguma alternativa para sanar os problemas de superlotação do Presídio Regional** de Joinville denotado pela visita realizada e melhorar as condições de salubridade das instalações do presídio;



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 115

7. Solicita ainda, ao Governo do Estado de Santa Catarina, à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Secretaria de Justiça que seja informada a esta Comissão Especial, qual a dotação orçamentária que se tem, quanto destes recursos estão efetivamente disponíveis e qual o planejamento estratégico destas Secretarias no sentido da aplicação destes recursos.

É o relatório.

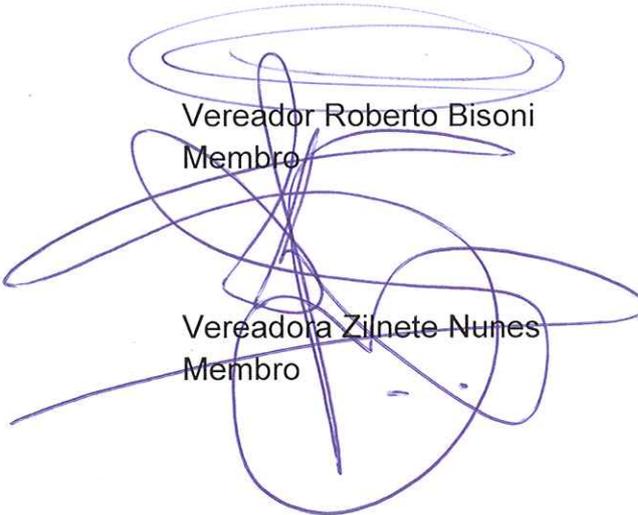
Joinville, 19 de julho de 2011.

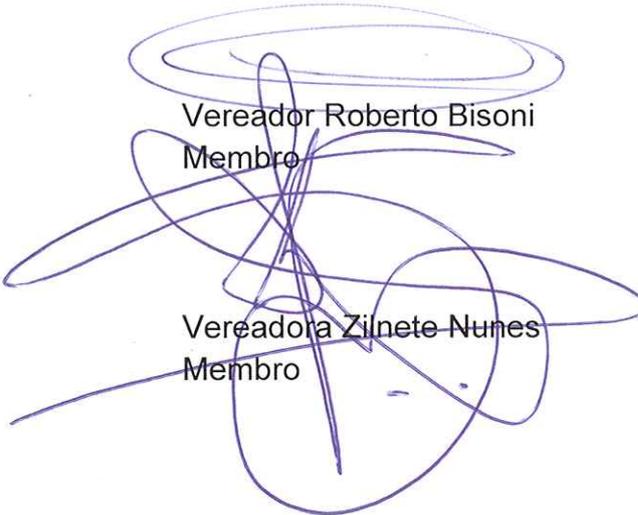

Vereador Alodir Alves de Cristo
Relator

Apreciaram, ainda, o relatório final da Comissão Especial para tratar sobre a falta de investimentos em Segurança Pública e o conseqüente aumento da criminalidade os seguintes vereadores membros da comissão.


Vereador Belini Meurer
Presidente


Vereador Jucélio Pasqual Girardi
Membro


Vereador Roberto Bisoni
Membro


Vereadora Zilnete Nunes
Membro



APRASC - Associação de Praças do Estado de Santa Catarina

Rua Deodoro, 176 - sala 11 - Edifício Soraya (Centro)
88010-020 - Florianópolis - SC fone (48) 3223.2241

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 39

Ofício: 017/2011

Florianópolis, 03 de fevereiro de 2011.

Excelentíssimo Senhor
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado de Santa Catarina
Florianópolis SC

PROTÓCOLO - Sec. de Est. Coord. e Art.
Recebido em 03/02/11
Hora: 16:25
Nome: Bebara
Assinatura: _____

Senhor Governador,

Cumprimentamos Vossa Excelência pela investidura no cargo de Governador do Estado, desejando êxito na gestão em face das legítimas expectativas da sociedade catarinense. Nesta oportunidade, passamos a solicitar uma audiência do conjunto da Diretoria da APRASC com Vossa Excelência, com a maior brevidade possível, com o propósito de tratar das questões relativas aos representados por esta entidade, haja vista que os praças de Santa Catarina têm uma pauta de reivindicações, cujos pontos essenciais passamos a enumerar:

1 – Construir um caminho para a pacificação das relações internas nas instituições militares do Estado de Santa Catarina, há vários anos abaladas em razão da insensibilidade de alguns para a relevância das questões da Segurança Pública. Entendemos que o caminho mais curto para obter o êxito desejado, por todos os membros das instituições e pela sociedade, é o cumprimento da Lei Federal Nº 12.191, de 13 de janeiro de 2010 (aprovada com o voto favorável do então Senador João Raimundo Colombo). No médio prazo, é imprescindível que se faça, também, a mudança do Regulamento Disciplinar dos militares catarinenses, compatibilizando-o com o que dispõe a Constituição da República e a legislação vigente;

2 – Agilizar o cumprimento da Lei Complementar Nº 318, de 17 de janeiro de 2006, garantindo a merecida mobilidade funcional de policiais e bombeiros militares estaduais. Depois de feita justiça com os soldados com vinte anos ou mais de efetivo serviço, postulamos mudanças qualitativas na referida legislação, reivindicando a adoção de critérios voltados à valorização do mérito intelectual. Da mesma forma, seria de grande importância, para as instituições militares, para seus servidores e para a sociedade, a ativação do Quadro de Oficiais Auxiliares – QOA;

3 – Buscar formas de reorganizar os quadros dos vencimentos dos militares estaduais, uma vez que a vigência da Lei Complementar Nº 454, de 5 de agosto de 2009, provocou neles distorções e patrocinou injustiças. Defendemos a incorporação dos vários abonos que hoje constituem cerca de um terço dos salários dos praças (isso desvaloriza o serviço operacional e a experiência profissional). Restabelecer a escala vertical instituída pelo Art. 27, da Lei Complementar Nº 254, de 15 de dezembro de 2003 (diferença entre o maior e o menor salário), é o grande clamor dos praças. De imediato, seria aconselhável



APRASC - Associação de Praças do Estado de Santa Catarina

Rua Deodoro, 176 - sala 11 - Edifício Soraya (Centro)
88010-020 -Florianópolis – SC fone (48) 3223.2241

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 40 ef

Ofício: 017/2011

Florianópolis, 03 de fevereiro de 2011.

Excelentíssimo Senhor
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador Do Estado De Santa Catarina
Florianópolis SC

Senhor Governador,

Cumprimentando Vossa Excelência pela investidura no cargo de Governador do Estado, desejando êxito na gestão em face das legítimas expectativas da sociedade catarinense. Nesta oportunidade, passamos a solicitar uma audiência do conjunto da Diretoria da APRASC com Vossa Excelência, com a maior brevidade possível, com o propósito de tratar das questões relativas aos representados por esta entidade, haja vista que os praças de Santa Catarina têm pauta de reivindicações, cujos pontos essenciais passamos a enumerar:

1 – Construir o caminho da pacificação das relações internas nas instituições Militares do Estado de Santa Catarina, há vários anos abaladas em razão da insensibilidade de alguns para a relevância das questões da Segurança Pública. Entendemos que o caminho mais curto para obter o êxito desejado, por todos os membros das instituições e pela sociedade é o cumprimento da Lei Federal Nº 12.191, de 13 de janeiro de 2010 (aprovada com voto favorável do então Senador João Raimundo Colombo). No médio prazo, é imprescindível que se faça, também, a mudança do Regulamento Disciplinar dos militares catarinenses, compatibilizando-o com a Constituição da República e a legislação vigente;

2 – Agilizar o cumprimento da Lei Complementar Nº 318, de 17 de janeiro de 2006, garantindo merecida mobilidade funcional de policiais e bombeiros militares estaduais. Depois de realizada justiça para os soldados com vinte anos ou mais de efetivo serviço, postulamos mudanças qualitativas na referida legislação, reivindicando a adoção de critério voltados à valorização do mérito intelectual. Da mesma forma, seria de grande importância, para a Instituição, para seus servidores e para a sociedade, a ativação do Quadro de Oficiais Auxiliares – QOA;

3 – Buscar formas de reorganizar quadros de vencimentos dos militares estaduais, uma vez que a vigência da Lei Complementar número 454, de 5 de agosto de 2009, provocou neles distorções e patrocinou injustiças. Defendemos a incorporação dos vários abonos que constituem cerca de um terço dos salários dos praças (isso desvaloriza o serviço operacional e a experiência profissional). Restabelecer a escala vertical instituída pelo Art. 27 de Lei Complementar Nº 254 de 15 de dezembro de 2003 (diferença entre o maior e o menor salário) é o grande clamor dos praças. De imediato, seria aconselhável que



APRASC - Associação de Praças do Estado de Santa Catarina

Rua Deodoro, 176 - sala 11 - Edifício Soraya (Centro)
88010-020 - Florianópolis - SC fone (48) 3223.2241

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 41

o Poder Executivo Estadual pagasse as horas extraordinárias trabalhadas, até o limite de oitenta (80) horas extraordinárias mensais, pois isso incentivaria o serviço operacional, ocuparia o tempo dos servidores (tirando-os de outras atividades remuneradas) e evitaria um sem número de ações judiciais em desfavor do Governo do Estado. Reivindicamos também o pagamento da "gratificação de representação", devida na forma da Lei, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor dos subtenentes da reserva remunerada e dos sargentos reformados. A recusa do Poder Executivo em fazer o pagamento administrativo tem motivado a apresentação de ações judiciais dispendiosas e desnecessárias em face do direito líquido e certo;

4 – Criar um programa de construção da casa própria para policiais e bombeiros militares, através de convênio entre o Governo do Estado (Secretaria de Estado da Administração) e a Caixa Econômica Federal. Um convênio entre estes dois entes públicos eliminaria qualquer burocracia, qualquer desvio de função, e garantiria financiamento a juros mais baixos, uma vez que o Estado garantiria o desconto em folha de pagamento das prestações contratadas entre o banco e os servidores;

5 – Instituir um fundo de socorro e emergência para os policiais e bombeiros militares que vierem a contrair doença/trauma grave e incapacitante, assim como para o caso de doença grave em dependente, ou ainda, que vierem a ter a residência parcial ou totalmente destruída por calamidade natural;

6 – Ampliar efetivo dos praças nas instituições militares do Estado de Santa Catarina como forma de dotar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar dos quadros indispensáveis para prestar bons serviços, bem como, para compensar o número de servidores que nos últimos anos, conquistaram o período aquisitivo e conquistaram o direito de passar para a reserva remunerada.

Assim como estas questões, outras dizem respeito à manutenção do efetivo em boas condições para a prestação do serviço de segurança que a nossa sociedade reclama e precisa.

Finalmente, registre-se que tudo que reivindicamos em nome dos praças, o fazemos com o intuito de contribuir para o fortalecimento das instituições militares (jamais fazemos para sua fragilização), pois os homens e as mulheres que a constituem a sua essência mais valiosa, e é através deles que o Estado pode desempenhar normalmente suas atribuições garantindo a qualidade aos serviços demandados pela sociedade.

Aguardando vossa pronta manifestação, reiteramos protestos de elevada estima e distinto apreço.

Respeitosamente,

Antônio Francisco da Silva
Secretário Geral

Amauri Soares
Presidente

Manoel João da Costa
Vice-Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA
**Secretaria de Estado da Segurança Pública e
Defesa do Cidadão**
Polícia Comunitária - ACONSEG



Ofício nº 004/ACONSEG/2011

Joinville, SC, em 06 de abril de 2011.

Senhor Secretário,

Com os nossos cordiais cumprimentos, comparecemos até Vossa Excelência, com o propósito de apresentar, através dos representantes legais, as Associações dos Conselhos Comunitários de Segurança da Região de Joinville e de Jaraguá do Sul, informando dos objetivos propostos e do trabalho que vem sendo realizado.

Apresentamos também, os nossos desejos de pleno êxito na vossa gestão frente à Secretaria de Segurança Pública e colocamo-nos a disposição para colaborar no que se fizer necessário, notadamente nas iniciativas voltadas ao desenvolvimento da filosofia de polícia comunitária e do policiamento comunitário, este último, imprescindível e esquecido pelas nossas autoridades policiais desde o início dos trabalhos dos CONSEG no Estado Barriga Verde.

Nesta esteira e a guisa de colaboração para uma melhor proximidade e gestão desta pasta no tocante à polícia comunitária, entendemos que o policiamento comunitário deva ser priorizado pela SSPDC, institucionalizado de uma vez por todas e obrigatório nos Quarteis e Delegacias do nosso Estado. Somos também favoráveis a realização de uma remodelação na estrutura da Coordenação Estadual de Polícia Comunitária, com a criação de representações regionais dos CONSEG – um representante em cada Região, eleito pelos seus pares, Presidentes.

Estes representantes Regionais, que poderiam ser oriundos, tanto das Associações de Municípios (FECAM) quanto dos vinculados às SDR, fariam, minimamente, dois encontros anuais com o Secretário de Segurança, juntamente com o Comandante Geral da PM e o Delegado Geral da PC, além de outras formas de interação permanente.

Nestas oportunidades verdadeiramente salutares, tratar-se-ia dos mais diversos assuntos afetos à Segurança Pública, além da possibilidade de se promover uma maior proximidade entre os representantes das instituições formais com a sua comunidade, legitimando desta forma, a atividade desenvolvida pela vossa Secretaria e evitando o surgimento de movimentos oportunistas, que com objetivos muitas vezes escusos, buscam ocupar este espaço, o da

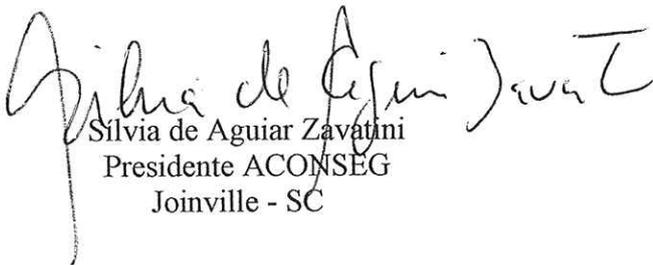
proximidade efetiva com as lideranças comunitárias e conseqüentemente, com a população ali representada, verdadeira destinatária deste essencial serviço público.

Por fim, convém registrar, mais uma vez, a preocupação das nossas Associações com a importante e preocupante redução do efetivo policial que vem sofrendo as Instituições Policiais na Região, em contraponto ao incremento populacional e os efeitos dele decorrentes.

Somos sabedores, assim como Vossa Excelência, de que tão somente a contratação de mais policiais não resolverá os problemas da criminalidade e da violência, porém, somos igualmente cientes de que os últimos concursos públicos levados a efeito por esta pasta, apesar de importantes, são ainda insuficientes para proporcionar um razoável alívio na sobrecarga que pesa sobre os policiais que aqui servem.

Desta forma, ao tempo em que agradecemos a atenção dispensada por Vossa Excelência, queremos reafirmar a nossa condição de legítimos parceiros na nobre missão da produção conjunta de segurança às nossas comunidades e de responsáveis pela parcela de construção de um futuro melhor às novas gerações.

Respeitosamente.


Silvia de Aguiar Zavattini
Presidente ACONSEG
Joinville - SC


Edir Ellwanger
Presidente ACONSEG
Jaraguá do Sul


Cel. PM Fernando Rodrigues de Menezes
Diretor-Geral da SSP
Matr. 900382-0

Exmo. Sr.
CÉSAR AUGUSTO GRUBBA
Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Segurança Pública e
Defesa do Cidadão
Polícia Comunitária - ACONSEG

PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. 38



Ofício nº 001/ACONSEG/2011

Joinville, SC, em 05 de abril de 2011.

Senhor Secretário.

Com meus cordiais cumprimentos, informo que a Associação dos Conselhos Comunitários de Segurança de Joinville/SC (ACONSEG) é entidade representativa das questões relacionadas à segurança pública, que visa encurtar caminhos e unir relações com as polícias militar e civil no sentido de diminuir a criminalidade na busca do bem comum.

A Cidade de Joinville, na condição de maior do Estado com mais de 500 mil habitantes tem sofrido cada vez mais com o aumento da criminalidade, o que vem causando enorme sensação de insegurança a toda a sociedade.

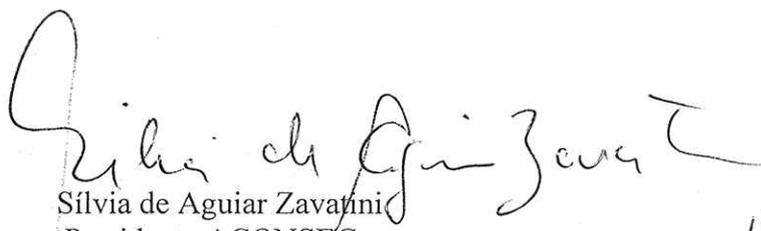
Diante de tal quadro foram inauguradas, no ano de 2010, três novas delegacias de Polícia Civil, que ainda permanecem inativas devido à falta de efetivo policial, além da necessidade de reforço de efetivo para as delegacias já existentes.

É de conhecimento que no mês de abril próximo, estão formando-se novos policiais civis em nosso Estado dentre delegados, agentes e escrivães, e que haverá uma distribuição de tal efetivo às cidades catarinenses.

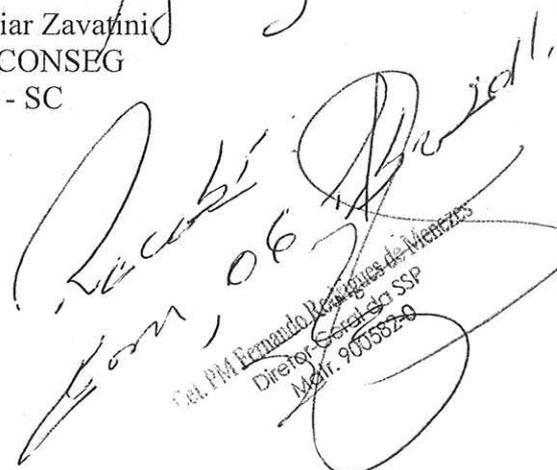
Diante de tal situação serve a presente, para em complemento a expediente encaminhado pelo Delegado Regional de Polícia, Dr. Dirceu Augusto Silveira Junior, SOLICITAR a Vossa Senhoria que sejam remetidos à Joinville 09 (nove) Delegados, 19 (dezenove) escrivães e 47 (quarenta e sete) agentes de polícia.

Certos de vosso atendimento, reiteramos a Vossa Senhoria, nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Respeitosamente.


Sílvia de Aguiar Zavattini
Presidente ACONSEG
Joinville - SC

Exmo. Sr.
CÉSAR AUGUSTO GRUBBA
Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC


06/04/2011
Cel. PM Fernando Rodrigues de Almeida
Diretor-Chefe do SSP
Matr. 9035520